

Valores duradouros brasileiros: a predominância do privado sobre o público

Thais de Mendonça Jorge¹
Francisco Verri²

Resumo

Ao estudar os valores nas notícias, Gans (2004) definiu os que os jornalistas carregam durante a prática profissional. Incorporados ao julgamento da importância dos acontecimentos, eles conduzem a produção noticiosa e constituem um mapa cultural da sociedade. Este artigo mostra, a partir da análise da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*, que os valores podem ser duradouros ou tópicos na determinação do que vai ser noticiado. No Brasil, os resultados da pesquisa apontam que os jornais priorizam notícias que exprimem a supremacia do ponto de vista privado sobre o público, deixando de lado as consequências sociais desse enfoque. Propõe-se a submissão do público ao privado no Brasil como valor duradouro.

Palavras-chave: Notícia. Patrimonialismo. Valores Duradouros.

86

Brazilian Enduring Values: the predominance of the private over the public

Abstract

By studying news values, Gans defined values that journalists carry during professional practice. Incorporated in judging the importance of events, they conduct news production and constitute a cultural map of society. This article shows from the analysis of *Folha de S. Paulo* and *O Globo* that values can be enduring or topical in determining what will be reported. In Brazil, the search results demonstrate that newspapers prioritize news that expresses supremacy from a private standpoint over the public, leaving aside the social consequences of this approach. The submission of the public to the private in Brazil is proposed as an enduring value.

Keywords: News. Patrimonialism. Enduring Value.

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Docente na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB). E-mail: thais.mendonca@fac.unb.br.

² Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Docente no curso de Comunicação e Mídias da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: chicoverri@gmail.com.

Introdução

Nos anos 1830, nos Estados Unidos, a *penny press*, com jornais comercializados a um centavo, reconfigurou a prática profissional ao remodelar a forma de financiamento dos veículos impressos: passaram a ter o apoio de empresas e comércio local em vez da dependência de partidos políticos. A par da expansão das tiragens, esse movimento ajudou a popularizar os jornais e a promover novas técnicas jornalísticas que ampliaram a possibilidade de coberturas factuais (Schudson, 2010). O jornalismo objetivo, condicionado a compromissos com a imparcialidade, neutralidade e a verdade, disciplinou a práxis profissional e se normatizou como modelo: nasce a pirâmide invertida.

A objetividade, conceituada por Schudson (2014), manifesta-se como um código moral que guia as atividades jornalísticas. Ritual estratégico (Tuchman, 1993), invocado no dia a dia da profissão, ela se valida como mecanismo de proteção contra críticas e acusações de parcialidade, funcionando como um delineador do fazer jornalístico (Gans, 2004). O pressuposto da objetividade referenda a exclusão de ideologia dos acontecimentos noticiáveis, ainda que o conjunto dos critérios de noticiabilidade represente por si próprio uma valoração, a qual termina compondo um mapa cultural da contemporaneidade, sob os olhos da mídia. Na moldura da Teoria do Espelho (Traquina, 2004), a objetividade moldaria a profissão, justificando o suposto caráter desinteressado do jornalista como mero espelho da realidade, mediador dos fatos, isento de opinião e qualificado para reportar qualquer fato o mais próximo possível do real.

Como instituição com capacidade de transformar a realidade (Tuchman, 1978), o jornalismo carrega em seu núcleo a virtude de ser um instrumento de (re) significação dos acontecimentos (Cook, 2011). Mas a ideia de anulação da subjetividade do jornalista esconde interesses, consensos, regras e juízos da sociedade. O noticiário, segundo Biroli e Miguel (2012, p. 29), obedece a valores, e as informações somente “fazem sentido se e apenas se têm como pano de fundo discursos mais permanentes”. Segundo esses autores (Biroli; Miguel, 2012, p. 23), “o valor da ‘objetividade’ confere legitimidade ao jornalismo, diferenciando-o de outros discursos e práticas sociais”. A própria ética do jornalismo e as rotinas produtivas, “que estabelecem as diferenças entre o bom e o mau jornalismo”, organizam-se a partir da noção de objetividade como mantra indelével.

Este artigo propõe, a partir da análise de matérias jornalísticas que foram representadas nas capas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, interpretar e compreender um valor que parece prevalecer no Brasil e está muito presente no

noticiário: a prevalência do ponto de vista particular ou privado sobre um olhar público, no julgamento dos fatos destinados a compor o todo informativo. É importante ressaltar que não se investiga o texto presente na capa. O foco é no texto do interior do jornal que foi considerado importante pelo veículo para ir à capa da edição do impresso. Em meio à competição sobre o que deve ganhar destaque entre os principais acontecimentos do dia (Jorge, 2016), a promoção do domínio público deveria ser item obrigatório nos dois periódicos generalistas, de circulação nacional, cujos princípios pretendem estar de acordo com o interesse público. Aqui também procuramos tensionar o debate em torno do jornalismo tradicional (o do *mainstream*), apontando suas contradições e incoerências, ao mesmo tempo em que buscamos compreender outros elementos envolvidos na prática profissional, encarando as facetas do jornalismo e da decolonialidade. A decolonialidade é um conceito que aborda as consequências e estruturas de poder a partir do processo de colonização, absorvendo, no caso brasileiro, características como o patrimonialismo (Faoro, 1977).

O ano de 2017 foi um ano atípico na história do Brasil. Michel Temer (2016-2019) assumiu o governo em agosto de 2016, depois do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. No âmbito político, a Operação Lava-Jato — que começou como iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro — realizava uma série de ações, incluindo busca e apreensão de bens de políticos e empresários. A reforma trabalhista havia sido aprovada, flexibilizando as relações entre patrões e empregados sem mediação dos sindicatos. E o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha sido condenado à prisão por lavagem de dinheiro e corrupção passiva pelo juiz Sérgio Moro. Foi, portanto, um período interessante para investigar a complexa relação entre o interesse público e o interesse privado, especialmente na visão dos meios de comunicação.

Valores duradouros de Gans

Ao estudar a notícia em quatro veículos — *CBS Evening News*, *NBC Nightly News*, *Newsweek* e *Time* —, na década de 1970, Gans (2004, p. 39) identificou nas notícias dois componentes básicos: os julgamentos da realidade e os valores. Contrário à ideia de que os relatos noticiosos seriam isentos de subjetividade, o autor afirmava que “jornalistas tentam ser objetivos, mas nem eles nem ninguém conseguem viver sem

valores”. O autor observou que os valores jornalísticos nunca eram explícitos e podiam ser encontrados nas entrelinhas. “Cada matéria pode ter muitos valores”, frisava Gans (2004, p. 41), preferindo reduzir o conceito de valor nas notícias a uma “declaração de preferência sobre nação e sociedade”, relacionado às “principais questões nacionais ou sociais”.

Gans distinguiu dois tipos de valor: 1) *valores tópicos* e 2) *valores duradouros*. Os primeiros seriam fatos envolvendo determinados atores e atividades do momento — portanto temporais e localizados —, enquanto os duradouros se definiriam como aqueles que podem ser encontrados em vários tipos de notícia, durante longo tempo. Etnocentrismo, democracia altruísta, capitalismo responsável, proximidade, individualismo, moderação — são valores de longa duração que o autor apontou na sociedade norte-americana. Ainda que elaborados na década de 1970, esses valores transcendem o contexto temporal (Cook, 2011), acompanhando o desenvolvimento social e resignificando-se a partir de situações socioeconômicas e históricas.

É compreensível que a publicação de reportagens obedeça a alguns critérios quanto à seleção de informações e isto impacte as decisões do jornalista e do editor que processa os dados (Scheufele, 1999), mas os princípios básicos do jornalismo são de uma forma ou de outra unificados globalmente, embora possam, muitas vezes, ser contestados por aspectos políticos, sociais, econômicos (Deuze, 2002; Hanitzsch *et al.*, 2019; Wolf, 2003; Zelizer, 2005). Galtung e Ruge (1965), em seu trabalho seminal sobre como as notícias são escolhidas, alinham uma série de qualificativos que conferem a um fato características que podem levá-lo a entrar no noticiário. São os valores-notícia (*news values*).

No jornalismo, incorporados ao processo de seleção do que é notícia, eles se imiscuem no ideal de um jornalismo objetivo, que mostre distanciamento e imparcialidade em relação ao fato. No entanto, o que Gans (2004, p. 182) comenta é outra coisa. “Uma vez que os jornalistas não podem operar sem valores, como qualquer outra pessoa, os [valores] escondidos em seu trabalho permitem que eles deixem seus valores pessoais conscientes ‘em casa’”. O autor reitera que os valores duradouros garantem a autoridade do jornalista, sem extrapolar outros sistemas que organizam a sociedade. Valores semelhantes, compartilhados pela indústria de mídia, resultam em enquadramentos semelhantes do mesmo fato e/ou no silenciamento entre os veículos de comunicação sobre temas, eventos ou pessoas.

Ratificados na prática jornalística, os valores duradouros propostos por Gans (2004) podem ser compreendidos como valorações inerentes ao comportamento e à organização da sociedade. Esses valores, conforme Cook (2011, p. 207), revelam “não simplesmente o entendimento que os jornalistas têm de como o mundo funciona, mas também sugerem uma concepção de como o mundo deve funcionar”. Se, nos Estados Unidos, Gans (2004) encontrou valorações típicas dos norte-americanos, no Brasil, a dinâmica social se concentrou em características importadas pela colonização portuguesa (Faoro, 1977). O presente artigo sugere a submissão do público ao privado como valor duradouro que se normatiza na produção noticiosa, reproduzindo preceitos consensuados na sociedade, numa linha tênue entre as fronteiras do que pode ser questionado e o que deve ser ignorado.

Colonialidade, patrimonialismo e estamento

A estranheza entre os limites do público e do privado se mostra já no embrião da sociedade brasileira. Com formação cultural importada sob os interesses da coroa portuguesa, o desenvolvimento nacional se consolidou numa complexa relação entre esses dois domínios (Holanda, 2006), que aqui se misturam e se confundem. Como observa Vianna (1982), a organização do Estado brasileiro não se deu por iniciativa da população: foi estabelecida institucionalmente por Portugal. Isso resultou em uma engrenagem de controle das comunidades e até das instituições públicas por meio de privilégios, exploração das relações familiares e ênfase na cordialidade (Holanda, 2006). O conceito, para o autor, está atrelado à aversão às formalidades sociais, o que ocasionaria uma dificuldade de tratar a cidadania e a política longe das questões pessoais.

Desde as capitânicas hereditárias, o sistema patrimonial implantado no Brasil se caracterizou pela confusão entre o patrimônio pessoal de governantes e os recursos e bens do Estado. O patrimonialismo brasileiro — entendido como forma de organização política em que a autoridade é exercida a partir do poder pessoal — edificou-se a partir da máquina administrativa implantada na Colônia, reforçada e padronizada pela presença aqui dos monarcas lusitanos no século XIX, terminando por enraizar-se nas estruturas sociais brasileiras ao longo dos diferentes regimes até a atualidade. Como autoridade máxima, o governante empregava riquezas nacionais em uso próprio (Faoro, 1977),

confundindo o bem particular com o bem público e promovendo um Estado personalista, onde a coletividade e a esfera pública se submeteriam ao individual e à esfera privada.

Assim, na sociedade patriarcal (Freyre, 2005), o patrimonialismo projetou na autoridade política as peculiaridades da área doméstica, descaracterizando o que seria de natureza pública. Ao mesmo tempo, estendeu à população anseios de um âmbito familiar, hierarquizado a partir da figura masculina do patriarca, envolvendo a subordinação às autoridades e a solidariedade entre parentes e amigos próximos, apartada do ideal de uma esfera pública inclusiva e universal. Faoro (*apud* Rezende, 2006, p. 95) previu os desdobramentos do patrimonialismo ao afirmar que a “realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista”.

O patrimonialismo hoje se constitui numa ordem burocrática que se orienta pelos interesses de uma classe estamental sob a lógica do capitalismo moderno. Ao mesmo tempo em que se afirma por uma modernidade capitalista, o sistema patrimonial atual reproduz o sistema guiado por uma elite política que se acostumou a ver as instituições públicas como extensão da vida familiar e comanda as organizações como negócios privados (Faoro, 1977, p. 733). Nesse sentido, a sociedade se vê dentro de um “aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos”, autorizando a institucionalização do patrimonialismo a partir de uma ideia de tradicionalismo — “assim é porque sempre foi” (Faoro, 1977, p. 733).

Compreendido como sistema que se orienta pela obtenção de privilégios, demarcado pela sobreposição do soberano ao cidadão; pela dissolução dos limites entre o quadro de servidores e o âmbito familiar do governante; pelo capitalismo e enfraquecimento das liberdades econômicas e públicas, o patrimonialismo brasileiro desconfigura o sentido de Estado burocrático weberiano³. Ao contrário, promove o aparelhamento por um viés eleitoreiro e de confiança pessoal, deixando em segundo plano especializações e qualidades técnicas. De acordo com Silveira (2005), a transferência da esfera particularista para a pública, em países desenvolvidos, se deu durante a passagem do sistema feudal para o capitalismo, formando um Estado com maior autonomia e independência, o que não se viu no Brasil.

³ O termo, cunhado por Marx Weber, refere-se à forma de organização do Estado baseado em critérios racional-burocráticos que funcionam como forma de domínio legítimo e de organização administrativa.

Característica de sociedades em que o mercado não domina a economia, o estamento é uma forma de ordem social que regula a estratificação e as relações de poder, impondo “vontades sobre as condutas alheias”. Os estamentos, diferentes das classes sociais que se organizam conforme interesses e condições econômicas, são comunidades fechadas e com poder centralizado, que exigem dos membros posição elevada (Faoro, 1977, p. 715). Consolidam-se, ainda que com grande influência econômica, como uma comunidade que reclama privilégios para manter a capacidade de controle do Estado e o poder sobre o que acontece na sociedade. Destacam-se por uma presença efetiva nas instituições públicas como forma de garantir a utilização da máquina estatal em benefício próprio. O patrimonialismo brasileiro se organiza por estamentos burocráticos e políticos que incidem sobre todas as esferas da vida social.

Contínuo e arraigado à formação da sociedade brasileira (Rezende, 2006), o patrimonialismo serve como base na sobreposição do privado sobre o público. Por isso, também ele pode ser visto como valor duradouro, no conceito de Gans (2004), um valor que permanece no tempo e se materializa na descaracterização do que é público. De um lado, submete-se a uma lógica privada e particularista e se enquadra sob os pilares de um sistema patrimonial que responde à individualidade, ao estamento (Faoro, 1977); de outro, vincula-se à economia capitalista e mostra despreocupação em atender aos anseios coletivos. Nas palavras de Faoro (*apud* Rezende, 2006, p. 95), a composição se funda na condicionalidade do patrimonialismo estatal ao “setor especulativo da economia”, predominantemente “voltado ao lucro como jogo e aventura”, e se alia pelo interesse “no desenvolvimento econômico sob o comando político”, para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar.

No Brasil, a emergência de uma esfera pública não se dá a partir da autoconsciência e de reflexões dos burgueses: nasce de um processo político com forte influência do patrimonialismo, organizando as instituições públicas sob a lógica da elite política, que vê no jornalismo um espaço importante para seus interesses (Ribeiro, 2004).

Metodologia

Estampando as principais notícias do dia, sob a ótica e os princípios de cada veículo de comunicação, as capas de jornal retratam valorações e convenções jornalísticas. Como espaço de prestígio, a publicação na primeira página permite

identificar posturas ideológicas e valores duradouros (Gans, 2004; Jorge, 2016), servindo como indicador para a análise, conforme propomos neste artigo. A pesquisa se debruça sobre as matérias que foram destacadas nas capas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* durante o mês de agosto de 2017. A presença na primeira página funciona como critério de seleção para os textos que fomos buscar nas páginas internas, e que foram analisados. Assim, não são objeto desta pesquisa as chamadas, textos, fotos, manchetes e outros elementos da primeira página dos jornais, mas estes servem para constataremos a relevância de determinado assunto, levado à capa. A fim de investigar nosso problema de pesquisa, o *corpus* inicial compunha-se de aproximadamente 900 chamadas e era formado por todos os títulos de capa dos dois veículos durante dias ininterruptos (24 dias na *Folha* e 26 n' *O Globo*)⁴.

O problema de pesquisa era verificar se o conteúdo que mereceu destaque na primeira página registrava o valor duradouro que buscávamos: a submissão do público sob o privado. Do *corpus*, descartamos as matérias que não diziam respeito a esse tema. Chegamos assim a um total de 39 reportagens em cada veículo, totalizando 78 a serem lidas e examinadas (ver Quadro 1, disponível no final do texto). O critério de seleção foi constituído com base nas discussões de Freyre (2005), em especial o conceito de patrimonialismo. Isto é, incluíram-se as matérias que demonstravam: 1) confusão entre as esferas privada e pública; e 2) estruturas de poder em que os laços pessoais e íntimos se sobressaíssem a interesses e lógica pública.

O processo de coletar, organizar e selecionar foi orientado pelos preceitos técnico-metodológicos da Análise de Conteúdo (Jorge, 2015; Bardin, 2011), conjunto de técnicas que permite encontrar marcas dentro do núcleo de sentido de um conjunto de textos, à procura de particularidades do fenômeno estudado, compreendendo as características que podem ou não corroborar a sobreposição do público ao privado. Nessa seleção, ficamos atentos aos títulos que abordavam as relações de poder — como, por exemplo, a discussão sobre orçamento público, o processo de privatizações ou as relações entre os órgãos públicos e as empresas privadas.

Quanto às capas, reconhece-se sua importância enquanto o lugar mais nobre, como processo da rotina produtiva. Para Ferreira Junior (2017), a primeira página privilegia o código visual, e é formada por imagens, cores e organização em lugares

⁴ A investigação fez parte de pré-teste de tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), em 2021.

estratégicos para chamar a atenção do leitor. Tal condição sugere, a nosso ver, que os textos estudados dialogam com a produção do noticiário como um todo, de maneira que a amostra selecionada carregue significados de valor estruturados, tanto na administração do local mais relevante na capa, como no interior da publicação. A seleção final que compõe este artigo — no *Quadro 1* (em anexo) os títulos selecionados estão marcados com asteriscos — deu-se sob o critério de representatividade dos elementos relevantes por nós apontados: decolonialidade, patrimonialismo e estamento.

Resultados e discussão

Partindo do ponto de vista de que a prevalência do privado sobre o público é um valor duradouro brasileiro — derivado, como vimos, de nossas raízes patriarcais —, observamos, em nossa amostra, que esse valor condiciona o que é notícia, possivelmente orientando quais acontecimentos serão destacados e que enquadramentos se alinham a essa valoração. Na cobertura de diferentes editorias — Economia, Mercado, Política e Brasil —, o valor duradouro mostra-se relevante, apresentando-se em quase a totalidade das capas analisadas — mesmo quando não é a manchete principal.

Na *Folha de S. Paulo* e n’*O Globo*, a incidência parece reafirmar a importância desse valor no espectro do que é noticiável, o que nos leva à inferência de que seja item quase obrigatório nos dois informativos — média de 1,2 notícia/dia. Ainda que em estados diferentes e inseridos em contextos políticos e econômicos distintos, os veículos conduzem os trabalhos em simetria, a partir da nacionalização das coberturas e de valores-notícia consolidados, como poder, dinheiro e disputa, por exemplo (Verri, 2017). Os exemplos a seguir são os que consideramos mais interessantes na aproximação com nossa hipótese.

Impulsionado pela característica de sobrevalorização do privado, o mercado parece se tornar o balizador da economia nas páginas de jornais tradicionais como *O Globo* e *Folha*. Em entrevista com Armínio Fraga, presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso (Balthazar; Pinto, 8 ago. 2017), a governabilidade e o processo político brasileiro se confundem. Nas palavras de Fraga, “o governo vem conseguindo manter viva alguma margem para a aprovação de reformas [trabalhista, previdência]”, enquanto se projetam para a economia brasileira pretensões e objetivos que o mercado busca embutir nas ações governamentais. A matéria da *Folha de S. Paulo*

reafirma a composição de um estamento que se alinha aos interesses do setor especulativo e cobra medidas políticas emergenciais, ajustes fiscais e a redefinição do “tamanho e qualidade do Estado”. O jornal se dedica a alimentar a expectativa de um presidenciável “ao centro, [da] antipolítica, vindo de fora”, que se aproximaria de uma figura como o presidente francês, Emmanuel Macron. Lembramos que Macron, filiado ao *La République En Marche* (LREM), partido fundado por ele próprio, é banqueiro e se elegeu ao governo da França com bandeiras pró-mercado. Assim podemos antever o processo de construção de um candidato à Presidência do Brasil como Jair Bolsonaro, que se apresentaria anos mais tarde como “o antipolítico”, ou “aliado às massas”.

Na *Folha de S. Paulo*, o texto “Novo plano de concessão mira investimento a longo prazo” (Wiziack, 9 ago. 2017) reforça eventuais benefícios que investimentos em infraestrutura, com o estabelecimento de parcerias com o setor privado, teriam em relação ao futuro brasileiro. Construída apenas com uma fonte — o secretário-executivo do Programa de Parcerias de Investimentos Adalberto Vasconcelos —, a matéria do jornal paulista dedica metade de uma página à defesa das Parcerias Público-Privadas (PPP), apresentando cronograma das privatizações previstas pelo Governo Federal. Sem qualquer questionamento ou posicionamento contrário, utiliza-se um ator importante para noticiar uma espécie de balanço das atividades da pasta; informa-se o andamento do programa, classificado como “desestatização do Estado”, em movimento para “retirar os obstáculos aos investimentos estrangeiros” a partir de simulações iniciais da Empresa de Planejamento e Logística que indicam a necessidade de se “privatizar rodovias para atrair investimentos de cerca de R\$ 20 bilhões até 2025”, entre outros projetos de concessão de “ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias”.

A partir de estudo da Instituição Fiscal Independente do Senado e com declarações do ministro da Fazenda à época, Henrique Meirelles, a matéria “Temer cogita cortar gasto para conter rombo”, da *Folha de S. Paulo* (Wiziack *et al.*, 11 ago. 2017), se concentra no enquadramento oficial, mais uma vez sem apresentar o contraditório. A fim de conceder um “sinal para o mercado financeiro”, o texto defende a política do *cortar na carne*, priorizando a boa imagem perante o setor especulativo, em vez da manutenção de investimentos internos e em serviços públicos.

Ao advogar a redução de investimentos a partir do corte de “ao menos R\$ 10 bilhões em despesas com servidores e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para fechar suas contas” (Wiziack *et al.*, 11 ago. 2017), o governo e a mídia

projetam o ônus a toda a população, reduzindo o impacto para a elite econômica. Em contrapartida, esses dois atores parecem pactuar no perdão de dívidas de grandes empresas pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), sem questionar privilégios e facilidades a esse setor. A rigidez nos cortes e nos investimentos em infraestrutura não se repete quando se refere ao bolso das grandes empresas nacionais, como no fragmento: “O Governo previa arrecadar R\$ 13 bilhões com o programa, mas tenta negociar um novo texto que gere pelo menos R\$ 10 bilhões”.

Em nossa hipótese, mantendo-se no noticiário como um valor duradouro, a sobreposição do privado se naturalizaria perante um jogo maniqueísta entre individual e coletivo (Barros, 2002), investimentos e gastos, direitos e reformas, competência e incompetência governamental, déficit e superávit. Em consonância com a agenda governamental, os veículos desenvolvem suas narrativas a partir de fontes oficiais e figuras do mercado financeiro, alinhando-se à ideia de uma esfera privada que balize a gestão pública, a economia e a política nacional.

Em entrevista com Nilson Teixeira, economista-chefe do banco de investimentos Crédit Suisse, publicada sob o título “Congresso e sociedade não percebem o risco de déficit prolongado” (Redação, 20 ago. 2017), a *Folha* coloca a economia brasileira a meio caminho entre ações governamentais e mercado financeiro. Responsabilizado pela “pior recessão da história”, conforme o primeiro parágrafo do texto de abertura, o desequilíbrio fiscal recai sobre a incapacidade do governo em gerir os recursos públicos, ao não conseguir reduzir benefícios de categorias organizadas, como servidores públicos, nem adequar o sistema tributário. Mais uma vez o coletivo leva a pior. O economista do Crédit Suisse — num exemplo de centralismo eurocêntrico — mostra como solução “ajustes dolorosos” que agradariam ao mercado, melhorando a imagem de um Brasil que “está longe de ser o país com maior perspectiva de ganhos” (Redação, 20 ago. 2017) aos olhos de investidores estrangeiros. Valoriza-se a esfera privada ao estabelecê-la como parâmetro para o setor público, para a política econômica e até para decisões governamentais.

Em “O custo de benefícios indevidos”, *O Globo* (Valente, 20 ago. 2017), responsabiliza a coletividade, para justificar fraudes e erros do sistema previdenciário. O texto traz casos de usuários que receberiam indevidamente benefícios sociais do governo. A partir de estudos do Tribunal de Contas da União e do Governo Federal, levanta-se uma forma de reduzir responsabilidades financeiras. A reportagem justifica mudanças na

atitude do governo, nesse caso, como forma de barrar os custos — e não uma maneira de impulsionar investimentos — a partir da oposição entre o individual e o coletivo, entre o extraordinário e o ordinário: “Essas fraudes e erros ocorrem no momento em que a sociedade se confronta com o dilema de reformar a Previdência ou começar a cortar em áreas essenciais. Tudo porque falta dinheiro”. Casos como a menina de oito anos que recebia o auxílio-maternidade no Maranhão, da quadrilha que falsificava identidades falsas para receber o benefício no Rio de Janeiro ou de um esquema de presidiários que assumiam a paternidade de crianças no Acre, se juntam a outros exemplos que impactariam no déficit previdenciário de R\$ 185,8 bilhões, como aponta o periódico.

Do mesmo modo, em “Energia é a mais cobiçada”, de *O Globo* (Doca, 26 ago. 2017), com informações divulgadas nas redes sociais da Presidência da República, desenvolve o discurso de excelência da iniciativa particular ao reproduzir a declaração do presidente Michel Temer de que o “programa de privatizações do governo irá deixar o Brasil mais ‘moderno’”. Para além de uma medida de saneamento das contas públicas, concessões e privatizações são avaliadas como produtos que podem gerar competitividade ao Brasil. Segundo dados do Programa de privatizações do Governo Federal, presentes em infográfico, o total de bônus que a União receberia com o processo de desestatização, entre os anos de 2017 e 2018, seria de R\$ 60 bilhões. Quase como prestação de contas do programa e com informações do presidente da República, alinha-se a percepção de que a “privatização irá melhorar os serviços” (Doca, 26 ago. 2017) a partir do mesmo discurso de eficiência e competência da iniciativa privada.

Nos exemplos citados, representativos de nossa amostra, a preponderância do privado sobre o público surge nas matérias jornalísticas como valor duradouro, que obtém a aceitação dos jornalistas e se insere em sua cultura, transparecendo no produto jornalístico — a notícia. Esse fato, por sua vez, denotaria a opção dos proprietários de mídia pelo lado da iniciativa privada, ao qual eles pertencem por origem.

Considerações finais

Dentro de uma concepção de como o mundo deve funcionar (Cook, 2011), os valores duradouros (Gans, 2004), em uma perspectiva brasileira, remontam à formação da sociedade nacional. Encontrado nas notícias de capa dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, o valor duradouro estudado aparece como item quase que obrigatório na pauta.

Identificamos o valor privado-público na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*, no período de um mês (agosto de 2017), ratificando sua notoriedade ao manter presença nas chamadas de capa. Em maioria nos cadernos que cobrem economia, o valor privado-público entrelaça as agendas política e nacional em uma incidência que reafirma e legitima sua importância dentro dos consensos (Biroli, 2013) que moldam o noticiável. Naturalizado e incorporado como verdade objetiva, a sobrevalorização do privado enquadra-se como ponto de vista prevalente, desqualificando a propagada pluralidade de vozes e perspectivas que os veículos de comunicação advogam; ao contrário, com essa atitude autorizam a construção de notícias baseadas apenas em fontes oficiais, especialistas do mercado financeiro e atores de alto escalão de governos.

Sugerindo um trabalho em sintonia, baseado em valores profissionais idênticos, os dois jornais desenvolvem pautas que prestigiam a competência de setores privados, ao mesmo tempo em que inferiorizam o serviço e as instituições públicas a partir do binarismo eficiência/ineficiência, individualidade/coletividade, modernizante/antiquado, tão redutores como desvinculados da realidade. As matérias encontradas nesta pesquisa destacam o processo de privatizações e concessões e depreciam o uso de recursos públicos em investimentos de infraestrutura ou no financiamento de direitos e garantias sociais. Os veículos funcionam como legitimadores da agenda do Governo Federal, que se alinha às metas do mercado financeiro numa visão de fora para dentro: redução do tamanho do Estado, privatizações e funcionamento segundo leis de mercado, discurso de demolição das instituições, colocando-se em seu lugar a iniciativa privada.

Na adesão ao livre-comércio — sem contrapartida social —, a indústria de mídia no Brasil, em nossa pesquisa sobre os valores duradouros, opta por escolher como culpados os beneficiários da Previdência, servidores e instituições públicas centenárias, como as universidades, na defesa da agenda econômica dos países ricos, muitos deles atrelados às grandes empresas multinacionais. As consequências de todo esse movimento podem ser vistas agora: aumento das desigualdades, acirramento dos nacionalismos, ameaça às culturas regionais. O próprio afastamento da presidente Dilma, como manobra de setores descontentes da política e da economia, pode ser interpretado como sintoma dos estamentos em vigor — sociedades fechadas, nas quais um poder central reivindica posição superior — e, numa articulação bem azeitada, consegue até derrubar a chefe do Executivo.

Esta reflexão leva a um debate sobre a ordenação colonialista do passado brasileiro, em busca de emancipar as práticas e procedimentos trazidos pela matriz europeia ou norte-americana no jornalismo, os quais, por sua vez, conduzem a uma visão estereotipada dos problemas, naturalmente excludente quanto aos próprios acontecimentos seu valor como notícia.

O contexto da pandemia de Covid-19 durante quatro anos lançou o Brasil numa situação histórica que veio a tensionar a importância da “coisa pública”, quando o Programa Nacional de Imunizações, a atuação do Sistema Único de Saúde e a competência do Ministério da Saúde foram colocados à prova e, em meio a controvérsias com o governo vigente, terminaram valorizados pela imprensa *mainstream*, o que poderia contradizer nossa hipótese. No entanto, tal perspectiva aconteceu num contexto específico de pandemia, que exigiu a participação direta do Estado para amenizar os efeitos à saúde pública, economia, entre outros setores da sociedade. Logo, configura-se como situação atípica que precisaria ser explorada em futuras investigações.

Esperamos que este artigo contribua para uma visão *decolonizante*, mais identificada com o pensamento latino-americano de discussão dos padrões derivados da episteme centrada nos países desenvolvidos, o que pode levar a futuras pesquisas relacionadas a modelos diferenciados para a prática profissional do jornalismo e dos jornalistas.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Maiores Jornais do Brasil**. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. T. A mídia entre o público e o privado: uma leitura a partir do pensamento de Gilberto Freyre. Brasília: **UniCEUB**, 2002.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opin. Pública** [online]. 2012, vol.18, n.1, p. 22-43.

BIROLI, F. Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 126-143, jan. 2013.

COOK, T. E. O Jornalismo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 203-247, jul. 2011.

DEUZE, M. National News Cultures: A Comparison of Dutch, German, British, Australian and US Journalists, **Journalism Quarterly**, v. 78, n. 1, 2002.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª edição. São Paulo: Global Editora. 2005.

GALTUNG, J.; RUGE, M. Structuring and Selecting News, in COHEN, S.; YOUNG, J. (eds.) **The Manufacture of News**: Deviance, Social Problems and Mass Media Communication and Society Series, 4th. Edition. London: Constable, 1965, p. 52-64.

GANS, H. J. **Deciding What's News**. A study of CBS Evening News, Newsweek, and Time. Evanston, Illinois: Northern University Press, 2004.

HANITZSCH, T.; VOS, T. P.; STANDAERT, O.; HANUSCH, F.; HOVDEN, J. F.; HERMANS, L.; RAMAPRASAD, Y. (2019) 7. **Role Orientations**: Journalists' Views on Their Place in Society. 2023.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

JORGE, T. M. (org.). **Notícia em fragmentos**. Análise de conteúdo no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2015.

JORGE, T. M. Valores-notícia nas capas dos periódicos. Ideologia e Poder. In: **SBPJOR (Anais)**, v. 1, 2016, Palhoça.

REZENDE, M. J. As reflexões de Raymundo Faoro sobre a transição política brasileira nos anos de 1989 e 1990. **Política & Sociedade**, v. 5, n.9, p. 91-121, 2006.

RIBEIRO, L. M. Imprensa e espaço público - a institucionalização do Jornalismo no Brasil 1808-1964. **E-papers**: Rio de Janeiro, 2004.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a Theory of Media Effects. **Journal of Communication**, 1999, v. 49, n. 1, p. 103–122. Disponível em: Doi:10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x. Acesso em: 5 mai. 2023.

SCHUDSON, M. A norma da objetividade no jornalismo americano. In: SACRAMENTO, I. CANTARELA, L. (org.). **História da Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a Notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVEIRA, D. B. **Patrimonialismo e a Formação do Estado Brasileiro**: uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna, 2005. Disponível em: www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Daniel. Acesso em: 15 jan. 2017.

TUCHMAN, G. 'A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas'. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Veja, 1993.

TUCHMAN, G. **Making News**. A Study in the Construction of Reality. New York: The Free Press, 1978.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VERRI, F. Valores-notícia e cobertura política: uma comparação entre Zero Hora (RS) e A Crítica (AM). In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), 40, 2017, Curitiba. Anais. Curitiba: Intercom, 2017. p. 1-14.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZELIZER, B. Definitions of Journalism, in: OVERHOLSER, G. & JAMIESON, K. H. (eds.). **Institutions of American Democracy: The Press**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 66-80.

Textos jornalísticos usados na análise

BALTHAZAR, R.; PINTO, A. E. S. Uma guinada populista levará tudo para o brejo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 17. 08 ago.2017.

DOCA, G. Energia é a mais cobiçada. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 17. 26 ago. 2017.

REDAÇÃO. Congresso e sociedade não percebem o risco de déficit prolongado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 14. 20 ago. 2017

VALENTE, G. O custo de benefícios indevidos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 35. 20 ago. 2017.

WIZIACK, J. Novo plano de concessão mira investimento a longo prazo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 13. 09 ago.2017.

WIZIACK, J. Temer cogita cortar gasto para conter rombo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 19. 11 ago. 2017.

Quadro 1: Relação das matérias com presença do valor duradouro: submissão do público ao privado

DATA	FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO
1/8/2017	Trump demite seu diretor de comunicação depois de dez dias.	Déficit fiscal em risco
2/8	Fazenda tenta conter pressão para rever aperto fiscal e liberar gastos	Meta fiscal de 2018 pode mudar
3/8	Desilusão com país alimenta disparada	_____
4/8	Dória prevê parques e Pacaembu no mercado em até quatro meses	Sem margem para 2018
	_____	De volta às contas
5/8	Frustração de receita pode levar governo a antecipar nova meta	_____
	Com aval incerto, Dória promete pq. Augusta até 2018	_____
6/8	_____	_____
7/8	_____	De volta ao trabalho
	_____	Investimento à espera de novas regras
8/8	*Uma guinada populista levará tudo para o brejo.	Punição por desastre ameaçada
	Ação criminal no caso Samarco é suspensa	Peso no Orçamento
	_____	Reforma trabalhista permite trocar, por acordo, dia de feriado
9/8	*Novo plano de concessão mira investimento a longo prazo	Governo recua no IR.
10/8	_____	Prefeitura põe banca
11/ 8	*Temer cogita cortar gasto para conter rombo	Sem fechar a conta
	Lucro da Petrobras cai 14,6% no 2º trimestre, para R\$ 316 milhões	Lucro da Petrobrás cai 14,6% no 2º semestre
12/8	Salário de servidor será congelado, e governo prevê poupar R\$ 9,8 bi	Maia: fundão é "mau sinal".
	_____	Cedae: Justiça Federal suspende pregão para estudo de modelo

		.Novo incentivo ao petróleo
		Centrão quer alívio no Refis e dificulta meta
13/8		
14/8	Nova taxa do BNDES pode reduzir dívida em R\$ 100 bi	Guerra pelo lixo.
		Reforço nas concessões
15/8	Pressão política adia definição de nova meta	Missão quase impossível
	. Lucro da JBS cai 80% no primeiro balanço após delação de Joesley	Governo vai leiloar Congonhas e desiste de licitar Santos Dumont
16/8	Aumento do rombo no Orçamento deixa contas no vermelho até 2020	Ainda mais no vermelho
	Varejo surpreende, e analistas preveem PIB melhor no 2º tri	
17/8	Trump dissolve órgão empresarial após novas renúncias de executivos	Ajuste nas mãos do Congresso
	Aliados começam dificultar ajuste no Orçamento e pressionam Temer	
	Caixa eleva a 20% entrada para compra de imóvel novo	
	SP quer privatizar novas estradas no litoral	
18/8		
19/8	Governo renova incentivos para estimular indústria do petróleo	Parlamentares tentam incluir contratações no Orçamento
20/8	*Congresso e sociedade não percebem o risco de déficit prolongado	*O custo de benefícios indevidos
21/8	Aceleração da dívida faz Brasil destoar de outros emergentes	Correndo atrás do prejuízo
22/8	Mensagem reformista deve ganhar a próxima eleição	Eletrobras à venda
	Ministério de Minas e Energia vai propor privatização da Eletrobras	
23/8	Governo quer limite para sócios na Eletrobras	Temer admite rever alíquota de incentivo a exportadores
		Salto com privatização

24/8	Governo aprova a venda de Congonhas e da Casa Moeda	Leilão até a Amazônia
25/8	Bolsonaro vai aos EUA promover a candidatura	Meirelles participa de mais um evento com igrejas evangélicas
	Conta de luz pode subir até 16,7% com mudanças, estima agência	_____
26/8	EUA barrarão novos negócios com dívida e petroleira da Venezuela	*Energia é a mais cobiçada
	Temos uma herança de gastos e endividamento	_____
27/8	_____	Governo pode antecipar concessão de aeroportos
28/8	_____	Sinal verde para motoristas de ônibus infratores
	_____	Melhora da economia vai demorar a surtir efeito na arrecadação
29/8	Donos da JBS buscam trégua com BNDES	_____
	Governo acena ao Congresso com descontos mais generosos no Refis	_____
30/8	Governo estica até 29 de setembro prazo para adesão ao novo Refis	Parecer contra até do governo
	Comissão aprova novas metas fiscais para 2017 e 2018	Para alimentar usinas térmicas, Petrobras reduz óleo para navios.
31/8	Consultoria compara Alckmin a Hillary	De olhos bem fechados
	Congresso aprova revisão da meta fiscal	_____
	Câmara autoriza concessão do Pacaembu	_____

Fonte: Autores.

As matérias analisadas neste artigo estão marcadas com asterisco *.

Submissão: 9 de mai. 2023

Aceite: 1 de nov. 2023.